

A Arquitetura do Saber: o primeiro prédio do Atheneu Sergipense do Século XIX

*Eva Maria Siqueira Alves **

*Waldinei Santos Silva ***

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar aspectos referentes à arquitetura escolar do Atheneu Sergipense, primeiro prédio de ensino público edificado durante a segunda metade do século XIX em Sergipe. O espaço escolar é concebido como resultado de um processo histórico de demandas e tendências que justificavam a profissionalização do trabalho docente para transmissão de conhecimentos específicos e sistematizados, permitindo-nos concluir que a arquitetura do prédio do Atheneu Sergipense foi considerada símbolo de modernização estética de educação na Província e importante centro de educação elitista da sociedade, sendo por essa razão, objeto de discurso e preocupação das autoridades políticas.

Palavras-chave: Atheneu Sergipense. Arquitetura Escolar. Sergipe.

* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Professora Associada IV do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação. Coordenadora do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS). Pesquisa e orienta trabalhos na área de Educação com ênfase em História da Educação e Educação Matemática. Líder do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem (DEHEA/UFSCAR/CNPq). E-mail: evasa@uol.com.br

** Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Possui pós-graduação em Linguística pela Faculdade Amadeus-SE. Professor da Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem (DEHEA/UFSCAR/CNPq). E-mail: wysilver@gmail.com

Architecture of Knowledge: the first building of Atheneu Sergipense of the XIX Century

Abstract

This article aims to analyze aspects related to the school architecture of the Atheneu Sergipense, the first public school building built during the second half of the 19th century in Sergipe. The school space is conceived as a result of a historical process of demands and tendencies that justified the professionalization of teaching work to transmit specific and systematized knowledge, allowing us to conclude that the architecture of the Atheneu Sergipense building was considered a symbol of aesthetic modernization of education in the Province and important center of elitist education of the society, being for that reason, object of speech and preoccupation of the political authorities.

Keywords: Atheneu Sergipense. School Architecture. Sergipe.

Arquitectura del conocimiento: el Primer Edificio de Atheneu Sergipense del Siglo XIX

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar los aspectos relacionados con Atheneu Sergipense primer edificio escolar público construido durante la segunda mitad del siglo XIX en Sergipe. El ambiente de la escuela está diseñado como resultado de un proceso histórico de demandas y tendencias que justifican la profesionalización de la enseñanza para la transmisión de conocimientos específicos y sistemática, lo que nos permite concluir que la arquitectura del edificio Atheneu Sergipense era considerado un símbolo de la modernización estética de la educación de la Provincia e importante centro de educación elitista de la sociedad, y por esta razón, objeto del discurso y la preocupación de las autoridades políticas.

Palabras clave: Atheneu Sergipense. Arquitectura de Escuela. Sergipe.

A arquitetura religiosa como centro de instrução

Pedras, cimento, areia, argila edificam a arquitetura do saber e possibilitam que a educação se estabeleça em determinado local social indo muito além do espaço físico. A arquitetura do saber está interligada como numa teia aos planos de estudos, programas de ensino, professores, alunos, funcionários e sociedade.

Segundo Souza (2007), os prédios tomados como elemento de cultura material vão contribuir para os estudos da história da educação e permitem compreender o processo histórico de ensino aprendizagem do passado. O universo da cultura material possui um domínio próprio que incorpora elementos materiais relacionados à educação escolarizada reinserindo, portanto as edificações, o mobiliário, os materiais didáticos em “intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos com a problemática da produção e reprodução social” (SOUZA, 2007, 170).

Nessa perspectiva, Escolano (1998) salienta que:

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos (ESCOLANO, 1998, p. 26).

Assim, o espaço escolar foi concebido como resultado de um processo histórico de demandas e tendências que justificavam a profissionalização do trabalho docente para transmissão de conhecimentos específicos e sistematizados (FRAGO, 2001). Dessa forma, a educação formal exigiu um espaço apropriado para a construção do saber e que possibilitasse o ensino.

[...] a instituição escolar e o ensino só merecem esse nome quando se localizam ou se realizam num lugar específico. E, com isso, quero dizer num lugar especificamente pensado, desenhado, construído e utilizado única e exclusivamente para esse fim (FRAGO, 2001, p. 69).

O prédio escolar não é neutro, mas sim o local onde se acha a materialidade da cultura escolar, o relógio, as normas morais de higiene, conforme argumenta Escolano (2001). São os arquivos, as imagens, mapas, obras de autores diversos que ali se encontram e se organizam na construção do saber e que permitem conhecer os trabalhos desenvolvidos por professores e alunos inseridos em determinado espaço urbano e tempo histórico. Para o autor,

[...] a localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende (ESCOLANO, 2001, p. 45).

Portanto, o conhecimento formal exigiu uma arquitetura específica para o aprendizado. Todavia, de acordo com Frago (2001), a percepção sobre a necessidade de uma construção destinada unicamente a educação demorou a ser efetivada. Salienta que a maior parte da instrução dos séculos XVII e XIX funcionava em prédios destinados a atividades religiosas que foram cedidos a educação, citando o caso da Espanha.

Em Sergipe no século XIX, os conventos também cediam suas premissas para outras finalidades. Dessa forma, a Assembleia Provincial, a Biblioteca Pública, a Tesouraria Geral e o Correio Geral, funcionavam em salões do convento denominado “Convento de São Francisco”, localizado em São Cristóvão, capital da Província.

As abobadas sagradas da velha e secular casa de Deus, cobriam e abrigavam, sem escrúpulos, quanto volume ahi existe sem aprovação eclesiástica, talvez separados apenas por uma humilde parede, do sagrado lugar de onde a virtude monástica dos irmãos franciscanos pregava a obediência, o desprendimento, a justiça e a moral (SANTIAGO, 1916, p.70).

A descrição de Enock Santiago (1916) demonstra que a casa eclesiástica com funções religiosas cedia seus espaços a finalidades políticas e econômicas. Não foi diferen-

te em outras Províncias, como comprova, por exemplo, a observação de Richard Morse (1970) a respeito da Academia de Direito de São Paulo, instalada:

[...] no convento franciscano e, como a Assembléia Provincial, teve que adaptar-se a um edifício antigo e inadequado. O pátio da igreja dava entrada indiscriminadamente aos fiéis e aos estudantes, e havia desavenças entre o superior franciscano e o diretor da Academia quanto ao horário e aos objetivos do toque dos sinos. Interesses profanos e religiosos mantinham-se em equilíbrio instável - o que era sintomático dos tempos (MORSE, 1970, p.92).

As aulas dos estudos secundários na Província de Sergipe deu-se com a criação do “Lyceu Sergipense” criado pela Lei nº 200 de 31 de julho de 1847 na capital São Cristóvão, e foram ofertadas nas salas alugadas do Convento de Nossa Senhora do Carmo pela quantia de dezesseis mil réis. Tinha como objetivo reunir as aulas de ensino secundário em um só estabelecimento. A sua criação estava “envolto no ideário de necessidades para instrução da mocidade” (LIMA, 2005, p. 59).

As salas onde funcionaram as aulas de Gramática Latina, Língua Francesa, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, Aritmética, Geometria, Trigonometria, segundo Alves (2005), foram cedidas pelos Frades Carmelitas em 1847.

A figura 1 mostra o atual conjunto arquitetônico que compreende o Convento e a Igreja Conventual Nossa Senhora do Carmo, localizado na cidade de São Cristóvão.

Figura 1. Convento e Igreja Conventual Nossa Senhora do Carmo – São Cristóvão



Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2016.

O primeiro espaço provisório para as aulas do Atheneu Sergipense

Era o dia 3 de fevereiro de 1871 [...] As 12 horas do indicado dia teve lugar o acto de inauguração solenne do Atheneu Sergipense. Depois da missa votiva ao Espirito Santo, celebrada na capella de S. Salvador, pelo reverendo vigário da freguezia, José Luiz d’Azevedo e a que assistiram o s.exc. Snr. Presidente da Instrução Pública, membros do conselho litterário, lentes e muitas pessoas gradas da capital, encaminhar-se todos para o paço da câmara municipal, onde provisoriamente funcçãoarão as differentes aulas (*Jornal de Aracaju*, 5 de fevereiro de 1871. Ano II nº. 130. p.1).

Criado pelo Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, de 24 de outubro de 1870 por Manuel Luís Azevedo d’Araújo¹, Inspetor Geral da Instrução Pública, o Atheneu Sergipense abriu as portas para a clientela estudantil em 3 fevereiro de 1871, em um prédio cedido pela Câmara Municipal de Aracaju, capital da Província.

Desde seu primeiro ano de funcionamento, críticas surgiram em relação às condições do prédio. De acordo com as palavras de Nunes (2008), o local era uma casa “arruinada e suja” (NUNES, 2008, p, 121).

Professores, alunos, pais e autoridades clamavam pela construção de um prédio que melhor abrigasse os funcionários daquela “Casa de Educação Literária” (Alves, 2005), pois o local oferecido pela Câmara Municipal não tinha sido construído com a finalidade de reunir as aulas dos estudos secundários do recém-criado Atheneu Sergipense, e conseqüentemente não possuía uma arquitetura ideal que pudesse convir à instrução.

Caracterizada como uma casa arruinada, as tentativas de reparo eram constantes, não alcançaram o resultado esperado e o edifício continuava a inspirar preocupações em relação à segurança e higiene que tanto preocupavam os sanitaristas da época.

Outro fator que impossibilitava a continuação das aulas no referido prédio foi resultado da avaliação do enge-

nheiro da Província João Gomes Vieira Dantas que considerou que uma reforma efetiva e duradoura implicaria em uma soma considerável de dinheiro, fator que inviabilizaria tal investimento devido à absoluta precariedade do prédio.

O Atheneu Sergipense precisa com urgência de um outro edifício, em que melhormente possa funcionar; o em que actualmente se acha, e que lhe fora offerecido pela Camara Municipal, sobre não ter sido construído com as acomodações necessárias aos seus trabalhos, está assas arruinado, informando-me os profissionaes, que sua reconstrucção não vale a pena à Província, que tão adiantada leva a obra do novo edifício (SERGIPE, 1872, p.40).

O Diretor da Instrução Pública, Manuel Luis Azevedo d'Araújo também já havia reportado sobre a necessidade de um edifício para o Atheneu Sergipense no seu relatório do ano de 1871. O prédio oferecido pela Câmara Municipal não foi construído para abrigar uma escola, não possuía acomodações necessárias aos trabalhos de uma instituição educacional, nem podia abrigar alunos que vinham de outras partes da província em regime de internatos. Urgia a construção de um prédio que estivesse a altura de um estabelecimento que servisse de modelo de educação na província (SERGIPE, 1871).

A preocupação das autoridades de Sergipe, como as das outras províncias, concentrava-se na criação de uma instituição que pudesse agregar as novas gerações de lideranças políticas e demais membros da burocracia provincial e imperial, reunindo em um só local as matérias exigidas nos exames preparatórios para o ingresso nas Academias do Império (ALVES, 2005, p, 4).

Reconhecendo a importância de possuir um centro de instrução para reunir as aulas dos estudos secundários, o Presidente da Província Francisco José Cardoso Junior² solicitou do imperador D. Pedro II recursos financeiros para edificação de uma casa para funcionar o Atheneu Sergipense e a Diretoria de Instrução Pública, no que foi atendido. A disponibilidade financeira se deu depois que o Imperador recusou a criação de um monumento em

sua homenagem na Corte, e convergiu as quantias subscritas para a construção de prédios adaptados à instrução pelas províncias do Império³.

Reconhecendo a grande utilidade de possuímos um centro de instrucção, onde se reúnam todas as aulas do Atheneu e funcione a directoria da Instrucção, resolvi, acompanhando a idéa fecunda que se vislumbra no procedimento magnânimo de S.M.I. o Sr. D. Pedro II, ao recusar o monumento que se lhe pretendeu erigir na Côrte e ao fazer convergir as quantias subscritas para a edificação de prédios adaptados a instrucção, - resolvi emphender a edificacção de uma casa em condições de prestar-se ao fim indicado, recorrendo para isso a generosidade de cidadãos prestimosos. Fui bem succedido no meu empenho (SERGIPE, 1871, p.56).

Dessa forma, o Presidente da Província Francisco José Cardoso Júnior ordenou ao engenheiro João Gomes Vieira Dantas que se levantasse a planta para a construção do prédio que foi orçada em 26:000\$000 rs. (vinte e seis mil réis) e a 13 de novembro de 1870 iniciou a primeira fase da construção do prédio.⁴

No entanto, por algum tempo as obras precisaram ser suspensas, pois os recursos pecuniários da Província estavam limitados. O Presidente da Província Francisco José Cardoso Junior solicitou novo crédito a Assembleia Provincial para fazer a cobertura do edifício, tendo em vista a aproximação da estação das chuvas que poderiam levar a perder tudo o que já havia sido erguido.

Para concluir a construção, o Tenente-coronel Cardoso Júnior igualmente recorreu ao patriotismo do povo sergipano e apelou para a contribuição da sociedade mais favorecida de fortuna, que ofereceu donativos para a edificação do novo prédio. No relatório dirigido à Assembleia Provincial de 3 de março de 1871, Cardoso Júnior noticiou que as assinaturas já anunciavam o montante de 8:732\$000 rs. (oito mil setecentos e trinta e dois mil réis), provenientes dos donativos. Entre os donatários encontravam pessoas influentes da sociedade com os respectivos valores ofertados. O Comendador Antônio José da Silva Travassos doou a quantia de 3:920\$000

(três mil novecentos e vinte mil réis); o Tenente-Coronel Felisberto d'Oliveira Freire, 2:000\$000 (dois mil réis), o Capitão Luiz da Silva Tavares, 1:000\$000 (hum mil réis); Manuel Luiz de Azevedo d'Araújo, 400\$00 (quatrocentos réis); e diversos professores doaram 931\$000 (novecentos e trinta e um réis).

O Presidente da Província agradeceu a generosidade dos cidadãos que contribuíram, afirmando que se tratava de verdadeiros filantropos, de brilhante patriotismo e que tais ações em muito colaboravam para a prosperidade da Província. A inquietação em relação à arquitetura escolar, ao prédio do Atheneu Sergipense, produziu um discurso convincente no meio social que recursos doaram.

A preocupação com uma arquitetura escolar apropriada representava o pensamento de uma classe social ideologicamente interessada no modelo de educação adequada às necessidades dos jovens que adentravam o espaço escolar e que viabilizasse o processo de aprendizagem em espaço apropriado. A figura do engenheiro é então de suma importância para construção desse espaço de saber: “o espaço escolar educa, o arquiteto é um educador” (FRAGO, 2001, p. 74), pois ao pensar a construção destinada a um prédio escolar, o arquiteto leva em conta a circulação de pessoas, o tamanho das salas de aulas, sua localização e demais facilidades que permitam um ambiente favorável ao ensino.

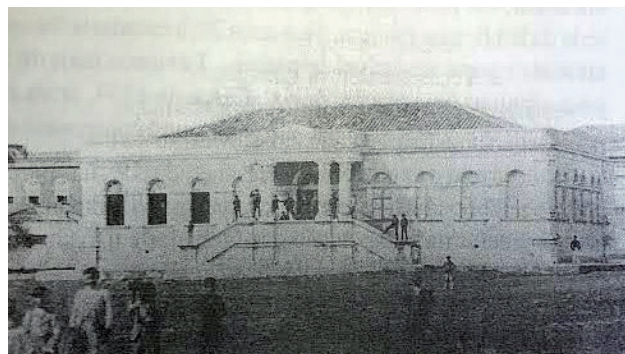
Acrescente-se que há, no entanto, outros elementos imbuídos na arquitetura escolar afora o de escolarização. O prédio escolar é também um símbolo de poder e de controle interno e externo, pois os muros separam e criam barreira de controle. Os horários de entrada e saída são determinados, o tempo de permanência no pátio são restringidos, a identificação de quem entra faz-se necessária, e apesar de todas as regras de acesso e permanência, o espaço escolar ainda detém lugar de destaque na sociedade.

O Novo Atheneu Sergipense: as adaptações, as reformas e as múltiplas atribuições da arquitetura escolar

Inserido no projeto urbanístico do engenheiro militar Sebastião Basílio Pirro⁵ que traçou o plano de desenvolvimento urbano em forma de xadrez com linhas retas para a cidade de Aracaju, o Atheneu Sergipense foi construído dentro da área onde se consolidou a classe proeminente da sociedade e finalmente foi inaugurado em “3 de dezembro de 1872, na presidência do Bacharel Joaquim Bento de Oliveira Júnior⁶” (NUNES, 2008, p.122).

De estilo neoclássico, e influencia europeia, Porto (1991) descreveu a arquitetura do Atheneu Sergipense de 1871 como sendo um edifício térreo, de porão alto, um pórtico de quatro colunas com a entrada voltada para a Praça da Matriz da cidade. Porto (1991) e Nunes (2013) afirmam que o primeiro prédio construído para abrigar o Atheneu Sergipense estava localizado na Praça Matriz, hoje atual Praça Olímpio Campos no centro da cidade. Alves (2005) indica que o prédio sempre esteve localizado na região central de Aracaju, à vista da sociedade e próximo aos demais edifícios de destaque.

Figura 2 Prédio do Atheneu Sergipense de 1871



Fonte: Porto 1991, p.40.

O fato é que a edificação do Atheneu Sergipense foi convenientemente situada próxima a prédios públicos e ao

centro comercial da cidade. Essa arquitetura não agradou os dirigentes e por isso o prédio passou por uma reforma. De acordo com Porto (1991):

O acesso ao edifício fazia-se por duas escadas paralelas e coladas à fachada, que terminavam num patamar diante da porta de entrada. Escadas e patamar eram limitados por um parapeito de alvenaria, cheio, e sobre ele levantavam-se as quatro colunas que sustentavam o frontão triangular. Baixas e grossas, as colunas davam ao pórtico um aspecto atarracado, além do conjunto parecer uma excrescência na fachada (PORTO, 1991, p. 29).

Para o autor, o modelo arquitetônico aproximava das regras clássicas copiadas do classicismo do Rio de Janeiro, porém esteticamente questionável. Somente no fim do século XIX a entrada sofreu modificação, o parapeito foi substituído por uma grade de ferro e a cobertura substituída por colunas mais finas.

Figura 3. Prédio do Atheneu Sergipense após reforma na fachada



Fonte: Porto 1991, p.40.

As arquiteturas escolares não são construções ingênuas, salienta Santos (2013), são resultados de intenções que se deseja passar à sociedade e “as cornijas não foram empregadas ingenuamente” (SANTOS, 2013, p. 36). Ainda a respeito da arquitetura escolar, Escolano (2001) afirma que as colunas cilíndricas presente em variados prédios, podiam representar a virilidade, a firmeza e o poder.

A construção inicial sofreu vários julgamentos por parte das autoridades e do Diretor da Instrução Pública que também era o diretor do Atheneu Sergipense, Thomás

Diogo Leopoldo⁷ que criticaram a fachada e a falta de espaço para circulação. O relatório do Presidente da Província João Ferreiro d’Araújo Pinho⁸ de 1º de fevereiro de 1876 trazia reclamações das ações de vândalos que depredavam o edifício. Consternado com o estado que se apresentava o prédio, João Ferreiro considerou:

O edifício do Atheneu acha-se (em tão pouco tempo que conta de acabado!) com imensos defeitos, principalmente no exterior, onde quasi todas as molduras das paredes, filetes de cornijas e outros enfeites mais salientes tem sido despedaçado às mãos malevolas dos alumnos menos socegados ou dos vagabundos, que o não deixam até alta noite para fins menos lícitos e decentes. [...]As vidraças estão na maior parte quebradas; e o telhado principalmente, apesar de já ter sido concertado por vezes, está mui deteriorado, a ponto de se haver estragado quase todo o forro, em consequencia das torrentes de agua da chuva que passavam pelas largas fendas e roturas do mesmo (SERGIPE, 1876, p. 47- 48).

Para evitar estragos no prédio que geralmente eram cometidos à noite e evitar as cenas imorais de que o alpendre era palco de teatro, João Ferreiro mandou fechar a entrada com grades que iriam impedir a transgressão dos delinquentes. Outros reparos de conservação eram realizados contribuindo para aumento de gastos.

O Presidente da Província declarava ainda que o Atheneu Sergipense não possuía uma biblioteca, não havia uma obra de qualquer natureza, com exceção de cinco ou seis exemplares estragados que serviam aos exames de habilitação (SERGIPE, 1876).

A sala da congregação⁹ que era o local onde se reuniam os professores para deliberar sobre assuntos referentes ao andamento da instituição era “decorada luxuosamente, mas faltavam às mobílias apropriadas para as aulas e quase todos os utensílios e instrumentos indispensáveis para o ensino” (SERGIPE, 1876, p.48).

Os comportamentos do edifício não se prestam às funções de um estabelecimento de educação moral e literária, porquanto tal edifício deve ser cômodo e propriamente construído com de-

sígnio deste grandioso fim; falta espaço para movimento dos alunos, serão poucas as três salas para as aulas, distribuídas as matérias em seções graduais segundo mais naturalmente se ligarem; falta uma sala de espera para os estudantes, principalmente em tempo de chuva; falta um cômodo para as necessidades (SERGIPE, 1876, p.48).

O edifício do Atheneu Sergipense inspirava cuidados, a arquitetura definitivamente não levou em conta a circulação de um número elevado de alunos e movimentação de pessoas no seu espaço físico. No primeiro ano de funcionamento o Atheneu Sergipense contou com 112 matrículas, e em 1876, a matrícula alcançou um total de quatrocentos e dois alunos que eram distribuídos em três salas para um estabelecimento que não possuía sequer banheiros e sala de espera.

Não se considerou adequar o espaço a multiplicidade de intenções que serve a arquitetura escolar. Faria Filho e Vidal (2000) observam que sendo a escola um local plural, os espaços fazem parte da ordem social da escola. São os espaços “pessoais e institucionais, individuais e coletivos” (FARIA FILHO & VIDAL, 2000, p. 21), atraindo um número cada vez maior de alunos, pais, profissionais da educação e políticos.

Situações piores se encontravam as casas destinadas a educação espalhadas na Província sergipana. Alguns políticos e dirigentes da Instrução Pública afirmavam o precário estado das casas que serviam de escola na capital e demais localidades. Consideravam que era preciso observar os modelos de arquitetura escolares de Nova Iorque, Brooklyn, Boston, vilas e povoados dos Estados Unidos. A educação americana se fazia em prédios singulares, eram castelos, uma habitação gótica ou da Renascença. Repetiam as palavras de Hippeau¹⁰ para quem a “educação se fazia em *verdadeiros palácios da puerícia e da mocidade*”, de elevado luxo e favoráveis condições higiênicas” (SERGIPE, 1872, p. 16).

Porém em terras de Sergipe, a situação era diferente. Nas palavras do presidente da Província Luiz Alvares de Azevedo Macedo:

[...] os prédios destinados à educação eram verdadeiros pardieiros e espeluncas onde se ensinam os nossos filhos, talvez que, rugindo de desgosto, experimente um secreto pesar de ter aberto os olhos à luz n’esta terra fadada para melhores destinos (SERGIPE, 1872, p.16).

A preocupação com o prédio do Atheneu Sergipense e a arquitetura escolar em Sergipe ganhou relevo na segunda metade do século XIX quando passou a receber atenção das autoridades sanitárias nos discursos de médicos e higienistas, motivados pelas doenças epidêmicas que assolavam o Brasil nesse período. Os ambientes insalubres, adicionados a aglomeração de pessoas e prédios com pouca circulação de vento e isolados à luz solar, deviam ser repensados e reformados em consonância com novas demandas sociais que evitaria os miasmas e doenças contagiosas.

Numa época marcada por epidemias que dizimavam a população, espaços abertos, ventilados que permitissem a circulação de ar, eram recomendados pelos médicos higienistas que adquiriram poder político.¹² Buriti (2011), esclarece nesse sentido que “a intervenção do saber médico sobre aspectos inerentes às práticas educativas e de escolarização, decorre da maneira como se posiciona a medicina na época” (BURITI, 2011, p. 53).

Considerações finais

A educação na Província de Sergipe no século XIX tinha suas aulas ministradas em casas simples, adaptadas para educação e sem mobiliário adequado. A escolarização doméstica substituída a falta de espaço adequado para educação e os conventos e igrejas emprestavam seus estabelecimentos a serviço da educação. Com arquitetura construída exclusivamente para ser um prédio escolar, o edifício do Atheneu Sergipense logo ganhou atenção e notoriedade da sociedade que almejava possuir um centro de referência educacional que recebesse os filhos da terra a fim de prepará-los para assumir funções de relevância na sociedade.

Apesar de ter sido considerado esteticamente um dos mais bonitos e firmes, para uma época em que fora do

espaço do quadrado do plano Pirro, cresciam os casebres e casas de palha, não demorou a surgir rachaduras e sinais de deterioração no prédio. Construído com poucos recursos e donativos da classe mais abastada da população, não foi levado em conta que ali circularia um grande número de alunos, educadores, pais e políticos. Com corredor estreito, sem recepção e banheiro, o prédio sofreu críticas das mesmas autoridades que o haviam construído.

O relatório do presidente da Província João Ferreiro d'Araujo Pinho de 1º de março de 1876 salientava que favorecida era a sala da Congregação, onde se reuniam o Diretor, os professores e as figuras de renome que visitavam o Atheneu Sergipense. Elegantemente decorada e mobiliada, a sala da Congregação incorporava elementos de luxo, refinamento e representação que se pretendia transmitir a essa instituição de ensino secundário. No entanto, destoava dos outros compartimentos, uma vez que o Atheneu Sergipense não dispunha de biblioteca, havia poucos livros disponíveis para pesquisa e faltava mobiliário adequado para as salas de aula.

Não obstante o problema, o Atheneu Sergipense, foi a primeira instituição pública de ensino secundário a possuir um prédio próprio, criado especificamente para tal fim. Com a primeira pedra colocada em 1870, a sua arquitetura foi considerada símbolo de modernização estética de educação na Província e importante centro de educação elitista da sociedade sendo por essa razão, objeto de discurso e preocupação das autoridades políticas.

Em Sergipe, durante a segunda metade do século XIX o Atheneu Sergipense assumiu contornos de modelo de educação na instrução secundária na Província, se consubstanciando em espaço escolar de confluência da sociedade que ali desejavam que seus filhos fossem educados e, portanto, várias adaptações e reformas foram implementadas na arquitetura da instituição com o objetivo de criar condições favoráveis à aprendizagem.

O edifício do Atheneu Sergipense significou muito mais que um prédio considerado “o melhor da capital pela sua elegância e solidez” (NUNES, 2013, p.122). Sua arqui-

tetura representou a concretização do anseio de uma sociedade que lutava para possuir na capital um prédio destinado ao ensino, e que fosse reconhecido pela sua importância e qualidade de educação, adotando o modelo de ensino proposto pelo Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. Considera Alves (2005):

Foi nesse Atheneu Sergipense, das poucas e improvisadas salas iniciais que depois se transformaram em um amplo e ventilado espaço, que as aulas dos cursos de Humanidades e Normal foram oferecidas para todos os ouvintes que almejassem instrução necessária para a matrícula nos cursos superiores, assim como para aqueles que fossem desempenhar funções diversas na vida social e no quadro do magistério primário (ALVES, 2005, p.197).

Para concluir, Porto (1991), afirma que as aulas no prédio onde funcionavam as primeiras lições do Atheneu Sergipense permaneceram até o ano de 1913. Naquele ano o prédio sofreu outras tantas modificações, recebeu um andar, suprimiu-se a cobertura e passou a ser sede da Biblioteca Pública. Transferido para a Praça Camerino, próximo à Avenida Ivo do Prado, o Atheneu Sergipense inicia outra história de espaço escolar.

Notas

1 Delegado especial da Instrução Pública da Corte em Sergipe, Diretor da Sociedade Propagadora da Instrução em Sergipe, professor gratuito da cadeira de História do Brasil do curso noturno instituído pela Sociedade Emancipadora “25 de Março”, de que foi sócio fundador e seu orador, sócio honorário da Associação Comercial do Aracaju, deputado provincial nos biênios de 1862-1863 e sucessivamente nos de 1870-1875, tendo presidido as sessões de 1873-1874 (GUARANÁ, 1925, p. 399). Ainda a respeito de Manuel Luís Azevedo d'Araújo, ver NUNES (1984).

2 Nascido na Província do Rio de Janeiro, a 15 de janeiro de 1826. Bacharelou-se em Matemática. Foi coronel do estado-maior de primeira classe, recebeu o título de conselho do imperador. Presidiu a Província de Sergipe entre 1870 e 1871. Criou o Atheneu Sergipense em 1870.

3 Dados localizados no Relatório com que o Exmo. Snr. Tenente Coronel Francisco José Cardoso Junior abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 3 de março de 1871. [Aracajú] Typ. Do Jornal do Aracajú, p.56.

4 Dados localizados no Relatório com que o Exmo. Snr. Tenente Coronel Francisco José Cardoso Junior abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 3 de março de 1871. [Aracajú] Typ. Do Jornal do Aracajú, p.57.

5 Engenheiro, capitão graduado pela escola militar da Corte. Foi responsável pela elaboração do projeto para a cidade de Aracaju. O projeto desenhado em forma de xadrez ficou conhecido como o quadrado

de Pirro. Sebastião Basílio Pirro foi professor substituto da cadeira de Geometria no Lyceu Sergipense, em São Cristóvão no ano de 1850.

6 Bacharel em Direito. Foi presidente da Província de Sergipe em 1872 em substituição a Luis Álvares de Azevedo Macedo (NUNES, 2008).

7 Médico, professor. Ingressou no Atheneu Sergipense em 1871 para lecionar a cadeira de Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos. Após desentendimento com o Diretor da Instrução Pública Manuel Luís Azevedo d'Araújo, em 1872 deixou o Atheneu Sergipense. Retornou após a exoneração do diretor, em 1873 e se tornou Diretor da Instrução Pública e do Atheneu Sergipense no ano de 1875.

8 Baiano. Bacharel em Direito pela Faculdade de Pernambuco. Foi nomeado pelo governo imperial em 1876 presidente da Província de Sergipe, onde permaneceu até março de 1878.

9 Sobre a Congregação do Atheneu Sergipense ver SANTOS (2016).

10 Celestin Hippeau - Autor francês, permaneceu um ano nos Estados Unidos sob solicitação do governo francês para estudar a experiência da educação americana e culminou com a obra: "A Instrução Pública nos Estados Unidos". Essa produção repercutiu na elite ilustrada brasileira do século XIX (LAGES, 2013).

11 Grifos do autor.

12 Santos (2013), contribui nesse sentido ao esclarecer que os grupos escolares deveriam ser um lugar agradável, sombrio, limpo, com ar, luz, e acima de tudo hospitaleiro (SANTOS 2013, p. 37).

Referências

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: Uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870/1908)**. 2005. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC/SP.

BURITI, Iranilson. **Leituras do sensível: escritos femininos e sensibilidades médicas no Segundo Império**. Campina Grande: EDUFCEG, 2011.

ESCOLANO, Agustín. **Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo**. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 19-57.

FRAGO, A. V. e ESCOLANO, A. **Currículo, Espaço e Subjetividade: A Arquitetura como programa**. Rio de Janeiro, Editora DP & A. 1998, 152.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Campinas, SP, n. 14, p. 20-34, maio/jun./jul./ago. 2000. Disponível em: Acesso em: 27 jul. 2016.

LAGES, Rita Cristina Lima. **As vitrines da civilização: referências estrangeiras na instrução pública em Minas Gerais no século XIX**. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte - MG, 2013.

MORSE, Richard. **Formação Histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)**. Corpo e Alma do Brasil, Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1970.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. 2 ed. São Cristóvão, SE. Ed. UFS, 2008.

NUNES, Maria Thetis. **Manuel Luís Azevedo d'Araújo, Educador da Ilustração**. In: Prêmios Grandes educadores Brasileiros: Brasília: INEP, 1984.

PORTO, Fernando de Figueiredo. **Alguns nomes antigos do Aracaju**. 2ª edição. Aracaju, 2011.

SANTIAGO, Enock. 1916. O Dr. Ignácio Joaquim Barbosa e a cidade de Aracajú. **Revista do IHGS**, volume 3, número 6.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)**. São Cristóvão: editora UFS, 2013.

SANTOS, Maria Edna. **A Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875)**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SOUZA, R. F. de. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, M.L. (org). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FONTES

Jornal de Aracaju, 5 de fevereiro de 1871. Ano II nº.130. p.1.

Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José de Souza, na abertura da Sessão da 2ª legislatura da Assembleia Provincial. Nictheroy Typ. De Amaral & Irmão, 1870.

Relatório com que o exmº. sr. Tenente Coronel Francisco José Cardoso Junior abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe no dia 3 de março de 1871. [Aracajú] Typ. do *Jornal do Aracajú* [n.d.].

Relatório apresentado perante a Assembleia Legislativa Provincial da província de Sergipe pelo exmº. sr. presidente da mesma, doutor Luiz Alvares de Azevedo Macedo, por ocasião de sua abertura no dia 4 de março em 1872. [Aracajú] Typ. do *Jornal do Aracajú* [n.d.].

Relatório com que o exm. smr. [sic] presidente, dr. João Ferreira d'Araújo Pinho, abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1.º de março de 1876. [Aracajú] Typ. do *Jornal do Aracajú* [n.d.].

Recebido em 01 de abril de 2017.

Aceito em 24 de abril de 2017.